- LXX -

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA
DO DISTRITO FEDERAL: CONCEPÇÕES E
HISTORICIDADE DAS EXPERIÊNCIAS
DE 1957, 1995 E 2012.**

Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues

Este texto traz os resultados de uma pesquisa de doutorado que investigou a construção da gestão democrática nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, tendo sido desenvolvida vinculada a linha de pesquisa "Estado, política e História da Educação Brasileira" do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Pautando-se na análise documental e histórica das manifestações e modelos de gestão democrática existentes na história da Educação Pública da capital do Brasil (especialmente aqueles registrados nos recortes históricos compreendidos em 1957, 1995 e 2012), e alicerçando-se em referenciais teóricos oriundos da obra de autores fundamentados no materialismo histórico dialético que discutem o assunto, destacando-se dentre estes Paro (2008) e Libâneo (2013). Dessa forma, partiu-se do pressuposto de que existe a necessidade de ampla construção do conhecimento acerca dessa rede de ensino que está próxima de completar 60 anos, sendo hoje composta por um total de mais de 700 unidades escolares, onde trabalha um quadro de servidores composto por quase 30 mil profissionais. Trata-se de um sistema de ensino que desde sua gênese traz consigo um embrião de inovação e vanguarda que permeava a criação de uma nova capital para um possível e difundido novo País. A transferência do Distrito Federal do Estado do Rio de Janeiro para o centro do Planalto Central simbolizou a possibilidade legitimar um leque de modernidades há tempos almejadas pela nação brasileira, dentre elas, acrescentando-se a este, a possibilidade de uma nova educação. Com isso, a Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (hoje SEEDF, mas até então, Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília-CASEB), surge em setembro de 1957 com o intuito de oferecer educação aos habitantes da cidade que ali se construía e juntamente, a incumbência de tecer uma realidade educacional há muito desejada. Por consequência, essa instituição deveria servir como uma referência

para os demais sistemas de ensino de Brasil, sendo um modelo no qual se espelhar. Para entender essas ideias, dois pontos merecem destaque para esta análise: a atuação incisiva do escola-novista Anísio Teixeira (1900-1971), que atuou desde a origem para a concretização do modelo inicial da SEEDF e o registro de uma inovação significativamente importante, que foi a eleição da diretora da primeira escola do DF por suas colegas de magistério, o que pode ser tido um embrião da gestão democrática. Este fato motivou esta pesquisa, uma vez que pode ser entendido como uma iniciativa pioneira dentro da educação distrital e até mesmo nacional. É importante destacar que o DF tem essa manifestação inicial de democratização dos processos de organização da escola pública, mas, em virtude de vários movimentos históricos, acabou por viver um hiato de décadas até meados de 1990, em que a Lei Distrital nº 957/1995, implementada durante a gestão do então governador Cristovam Buarque de Holanda, novamente traria para a realidade desse sistema de ensino uma gestão tida como democrática, por meio legal e se legitimando paradigmaticamente como tal. Ressalta-se que ainda assim e mais uma vez, a Gestão Democrática ficou calada por 17 anos até que se tivesse uma nova Lei Distrital, a lei nº 4751/2012, que trouxe novamente a oportunidade de se vivenciar a democratização dos processos gestores e de tomadas de decisão dentro da escola pública, bem como a eleição direta de diretores. Dito isso, torna-se explícita a relevância do estudo pois reconhece-se as potencialidades emancipatórias e transformadoras que a gestão democrática possuiu, aliados ao almejo da construção de um projeto de nação. Para tal, buscou-se assim, entender, mapear e descrever essas concepções de gestão democrática dentro desses três momentos distintos da rede pública do Distrito Federal, explicitando possíveis semelhanças e divergências entre os formatos do presente, da década de 1990 e o construído na experiência inicial. Nesse movimento, o estudo permeou às seguintes questões de pesquisa: 1) É possível visualizar e apontar dentro do percurso histórico inicial e na atualidade da SEEDF semelhanças entre a gestão democrática que emerge nesses três momentos? 2) Como a gestão democrática se caracteriza nos tempos históricos apontados? 3) Qual a influência que a história e a legislação exercem na gestão democrática que se tem em curso hoje nas escolas públicas do DF? Para o alcance dos objetivos propostos, optou-se pela pesquisa histórica de caráter exploratório, em perspectiva qualitativa, visando investigar os documentos e as legislações que, no percurso histórico da realidade educacional do Distrito Federal, permitiram o processo de construção da gestão democrática nesta rede pública. Destaca-se dentro das conclusões a forma como a educação pública do DF tem um papel importante para o entendimento da gestão democrática no Brasil, uma vez que se registra, na primeira escola dessa rede, um embrião de vivência democrática tanto em suas

dimensões representativas quanto participativas, da mesma forma que, posteriormente, suas manifestações também trouxeram significativos avanços nesse sentido. Reforça-se a força e a relevância dessa concepção de gestão como princípio oriundo de uma demanda constitucional e que, como tal, se aplica em todo o território nacional, sendo fruto de um movimento de décadas de esforços por parte de sujeitos, assim como de estudos, discussões e pesquisas em prol de sua efetivação teórica e pragmática. Entendendo-se através do que foi dito, que se trata, por assim dizer, de uma atitude generalizada em favor da construção da democracia dentro da escola e da nação brasileira, defende-se, ainda no universo das conclusões, a forma como a Gestão Democrática gera ações capazes de sistematizar e operacionalizar o desenvolvimento das práticas democráticas dentro da escola, almejando o processo formativo dos educandos nesse sentido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Ordinária 2874/1956. Lei que disserta sobre a transferência da capital da República**. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=189409>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. **Lei Darcy Ribeiro (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394, de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e legislação correlata**. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

DISTRITO FEDERAL. **A origem do Sistema Educacional de Brasília: Criação da CASEB, 22/12/1959**. Brasília-DF.

DISTRITO FEDERAL. **LEI nº 957, de 22 de novembro de 1995. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Ensino Público do DF**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, de 24.11.1995. Disponível em:

<http://www.tc.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoNorma.aspx?id_file=1228de2f-e349-30d3-83f5-48c1b4db5d88>. Acesso em: 25 maio 2015.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Ensino Público do DF**. Diário

Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 8 fev. 2012. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/legis/lei_4751.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** São Paulo: Hecus Editora, 2013.

PARO, Victor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron da. (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização.** Petrópolis: Vozes, 2008.